

Psicologia e ruralidade: entrevista com Fernando Landini

 José Elenito Teixeira Morais ¹  Fernando Landini ²

¹ Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Centro de Ciências Sociais – Departamento de Direito. Av. dos Portugueses, 1966 – Vila Bacanga. São Luís – MA. Brasil. ² Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) / Universidad de la Cuenca del Plata. Instituto de Investigaciones Científicas de la Universidad de la Cuenca del Plata. Sargento Barrufaldi 2364, N3300, Posadas. Argentina.

Autor para correspondência/Author for correspondence: morais.elenito@gmail.com

RESUMO. Fernando Landini, pesquisador do CONICET, discute a psicologia rural latino-americana: campo plural que visibiliza populações negligenciadas e critica modelos urbanocêntricos. Destaca a centralidade do território, racionalidades camponesas e a extensão rural como processo psicossocial marcado por vínculos, poder e saberes em disputa. Problematisa a resistência à tecnologia como lógica distinta de risco, e aponta impactos da precarização e descontinuidade de políticas sobre confiança e agência comunitária. Propõe uma agenda de pesquisa com métodos mistos e diversidade de atores rurais. Encerra com a importância da abertura à diversidade e da dimensão afetiva na formação profissional.

Palavras-chave: psicologia rural, extensão rural, racionalidade camponesa, territorialidade, América Latina.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 11	e20621	UFNT	2026	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	-------	--------	------	------	-----------------



Este conteúdo utiliza a Licença Creative Commons Attribution 4.0 International License
Open Access. This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

Psychology and rurality: interview with Fernando Landini

ABSTRACT. Fernando Landini, researcher at CONICET, discusses Latin American rural psychology: a plural field that makes neglected populations visible and criticizes urban-centric models. He highlights the centrality of territory, peasant rationales, and rural extension as a psychosocial process shaped by ties, power, and contested knowledge. He problematizes resistance to technology as a distinct risk logic and points to the impacts of precarity and policy discontinuity on trust and community agency. He proposes a research agenda mixing methods and encompassing rural actors' diversity. He concludes with the importance of openness to diversity and the affective dimension in professional training.

Keywords: rural psychology, rural extension, peasant rationality, territoriality, Latin America.

Psicología y ruralidad: entrevista con Fernando Landini

RESUMEN. Fernando Landini, investigador del CONICET, aborda la psicología rural latinoamericana: un campo plural que visibiliza poblaciones descuidadas y critica modelos urbanocéntricos. Destaca la centralidad del territorio, las racionalidades campesinas y la extensión rural como proceso psicosocial atravesado por vínculos, poder y saberes en disputa. Problematisa la resistencia a la tecnología como lógica distinta del riesgo y señala impactos de la precarización y la discontinuidad de políticas sobre la confianza y la agencia comunitaria. Propone una agenda de investigación con métodos mixtos y diversidad de actores rurales. Concluye con la importancia de la apertura a la diversidad y la dimensión afectiva en la formación profesional.

Palabras clave: psicología rural, extensión rural, racionalidad campesina, territorialidad, América Latina.

Introdução

A entrevista¹ a seguir, concedida pelo Professor Fernando Landini, representa um marco para a compreensão da psicologia rural na América Latina. Landini é uma referência central nesse campo emergente, sendo um dos principais articuladores da Red Latinoamericana de Psicología Rural e editor de periódicos internacionais de alto impacto. Sua trajetória acadêmica e profissional revela um compromisso constante com a interdisciplinaridade, a reflexão crítica e a transformação das realidades rurais do continente.

Fernando Landini é doutor pela Universidad de Buenos Aires (UBA), onde também obteve a licenciatura em Psicologia e o título de Professor de Ensino Médio e Superior em Psicologia. Ampliou sua formação com dois mestrados na Espanha: um Mestrado em Desenvolvimento Rural-Local pela *Universidad Politécnica de Madrid* e outro em Desenvolvimento Local: Estratégias Territoriais e Ambientais pela *Universidad Internacional de Andalucía*. Essa combinação de saberes – psicológicos, territoriais e agrários – tornou-o um interlocutor privilegiado entre as ciências sociais e o mundo rural.

Atualmente, Landini é Investigador Principal do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (CONICET) da Argentina, com local de trabalho no Instituto de Investigaciones Científicas (IDIC) – Sede Posadas, da *Universidad de la Cuenca del Plata* (UCP). Também é professor de pós-graduação da *Universidad de Buenos Aires* e da *Universidad Nacional de Entre Ríos*. Sua disciplina científica é a Psicologia, com desagregação em Psicologia Social, e seu campo de aplicação abrange políticas e planejamento do desenvolvimento socioeconômico e serviços agropecuários. Sua especialidade é a Psicologia Rural, e seu tema de pesquisa atual investiga as dinâmicas de articulação entre pesquisa e extensão rural no marco de sistemas de inovação agropecuária, com foco em obstáculos, facilitadores e arranjos institucionais.

A produção intelectual de Landini é vasta e diversificada. Seus trabalhos abrangem temas como concepções e práticas de extensão rural, formação de extensionistas, uso de agrotóxicos e saúde rural, acesso de populações rurais a serviços de saúde sexual e reprodutiva, identidades profissionais de extensionistas, metodologias de inovação agropecuária e racionalidade econômica camponesa. Publicou em revistas como *Journal of Agricultural Education and Extension*, *Journal of Rural Studies*, *American Journal of Community Psychology*, *Outlook on Agriculture*, *Agroecology and Sustainable Food Systems*, *Ciência Rural*, *Psicologia e Sociedade*, entre muitas outras.

Além dos artigos, Landini organizou livros fundamentais, com destaque para a organização de *Hacia una Psicología Rural Latinoamericana* (Landini, 2015), que sistematiza as bases conceituais do campo, e participou de capítulos de grande importância para o desenvolvimento da psicologia rural na região, como *Psicología rural en América Latina: Proceso de institucionalización, reflexiones epistemológicas y desafíos* (Conti, Olivera-Méndez, Landini e Monteiro, 2020) e *Rural Psychology: Literature review, reasons for its need, and challenges* (Landini et al., 2023). Sua produção inclui ainda relatórios técnicos resultantes de convênios e assessorias para organismos nacionais e internacionais, como diagnósticos de sistemas de extensão rural e inovação agropecuária em Guatemala, Panamá, Paraguai e República Dominicana, e avaliações de projetos de migração laboral na América Central e Espanha.

Landini é editor do *Journal of Agricultural Education and Extension*, periódico vinculado à *Universidade de Wageningen* (Países Baixos), uma das principais referências mundiais em estudos agrários e extensão rural. Essa posição evidencia o reconhecimento de sua autoridade no campo interdisciplinar que articula psicologia, educação agrária e inovação.

No âmbito do CONICET, Landini atua como diretor e codiretor de bolsistas de investigação, orientando jovens pesquisadores em suas formações. Essa atuação demonstra seu compromisso com a formação de novas gerações de cientistas sociais voltados para o rural.

Landini foi presidente do I Congreso Latinoamericano de Psicología Rural, realizado em 2013 na Universidad de la Cuenca del Plata, e desde então participa ativamente da Red Latinoamericana de Psicología Rural, que congrega pesquisadores, extensionistas e profissionais de diversos países. Sua atuação em congressos é extensa: constam mais de 150 trabalhos apresentados em eventos nacionais e internacionais, incluindo os Congressos Latino-Americanos de Psicología Rural, Encuentros Latinoamericanos de Extensión Rural e European Seminars on Extension and Education, entre outros.

Além da carreira acadêmica, Landini realizou convênios e serviços de assessoria técnica para governos e organismos multilaterais. Entre eles, destacam-se: diagnóstico e proposta de capacitação para extensionistas rurais no Paraguai; desenvolvimento de padrões de qualidade para serviços de extensão agrária; assessoria para fortalecer processos de migração laboral temporal entre América Central e Espanha; diagnóstico da extensão rural no Ministério da Agricultura da Guatemala; avaliação intermediária e final do projeto *Food for Progress* na Guatemala; e estudo do impacto da criação de um instituto de pesquisa agropecuário no

Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA) da Argentina. Essas experiências práticas conferem a Landini uma visão situada e crítica sobre as políticas de desenvolvimento rural e seus impactos psicossociais.

Nesta conversa, Landini aborda com maestria e profundidade os temas centrais de sua trajetória: a necessidade de visibilizar as populações rurais no campo psicológico, os fundamentos de uma psicologia rural latino-americana como espaço plural e aberto, as especificidades da territorialidade, da racionalidade camponesa e da resistência à mudança tecnológica, os desafios da extensão rural como processo psicossocial, e as relações entre precarização, saúde e organização comunitária. Ao final, deixa uma mensagem inspiradora para jovens pesquisadores e profissionais que desejam se aproximar das realidades rurais com afetividade, abertura à diversidade e compromisso ético.

A entrevista ora apresentada constitui, assim, um documento valioso para todos aqueles que buscam compreender e atuar na interface entre psicologia, desenvolvimento rural e justiça social na América Latina.

Entrevista

José Elenito Teixeira Morais: Professor Landini, gostaríamos de começar conhecendo o senhor. Quem é Fernando Landini? O que o trouxe para a psicologia e, mais especificamente, para o trabalho com as populações rurais da América Latina?

Fernando Landini: Bem... quem sou eu? Sou psicólogo, com licenciatura e doutorado em Psicologia pela Universidad de Buenos Aires. Minha tese de doutorado tratou de temáticas ligadas ao mundo rural – o título era “Psicologia no contexto rural: subjetividade camponesa e estratégias de desenvolvimento” (Landini, 2010) – a partir de um trabalho com pequenos produtores de algodão no norte da Argentina, na fronteira com o Paraguai. Nessa pesquisa, vivi cerca de três, quatro meses na região, morando com famílias camponesas.

Depois fiz dois mestrados na Espanha: um em Desenvolvimento Local, na Universidad Internacional de Andalucía, e outro em Desenvolvimento Rural, na Universidad Politécnica de Madrid. Todo esse percurso me aproximou de temáticas psicológicas com um olhar voltado à psicologia comunitária articulada ao desenvolvimento.

A pergunta era: “Quem sou eu?” Essa é a dimensão acadêmica, que é muito importante para mim. Ela me trouxe muitas satisfações e me permitiu conhecer muitas pessoas, lugares e realidades. Mas também sou um amante da natureza e do *trekking*; gosto de ir à montanha, de

caminhar, de visitar lugares novos, especialmente glaciares e lagos – essa é uma parte muito importante de mim. Sou esposo – não tenho filhos – e minha esposa é uma parte fundamental da minha vida. Além disso, tenho grande interesse por políticas econômicas; é um tema que me mobiliza muito.

Fui católico e cheguei a cursar quatro anos de formação para ser professor de religião – inclusive tenho o título –, mas isso ficou no passado, como uma parte importante da minha história pessoal.

Quanto ao que eu trago à psicologia: trabalhei com Enrique Saforcada, professor de saúde pública, também conhecido no campo da psicologia comunitária. Ele foi meu diretor quando entrei como pesquisador no *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (CONICET), instituição onde trabalho. Ao trabalhar minha tese em psicologia rural, Enrique me disse: “Fale de psicologia rural”. Pareceu-me, à época, uma proposta um pouco estranha.

Em 2007 publiquei um artigo em que mencionei essa ideia ao estudar processos de organização de agricultores no norte da província de Formosa (Landini, 2007). A partir daí comecei a visibilizar a temática do rural, a olhar o rural desde a psicologia. Eu percebia que o rural aparecia como problemática para muitos de nós que trabalhávamos com psicologia, especialmente comunitária, mas quase sempre como pano de fundo, como uma circunstância pouco relevante. Dizia-se: “Fiz tal estudo em tal província ou estado”, mas o rural em si não era tematizado, como se não exigisse uma reflexão específica sobre sua natureza, implicações e especificidades. O rural acabava sendo tratado como mera extensão do urbano, como se fossem a mesma coisa.

Minha experiência como pesquisador e consultor me mostrava o contrário. Além da pesquisa acadêmica, comecei a ser contratado por ONGs e organismos de cooperação internacional para realizar estudos sobre projetos, programas e políticas no meio rural. Na prática, o rural aparecia claramente como algo diferencial. Eu via que a psicologia, como disciplina, não estava enxergando essa especificidade. Então, diria que minha primeira contribuição foi começar a mostrar o rural como algo que precisava ser nomeado em sua especificidade. Ao nomear, somos obrigados a refletir: não porque já saibamos qual é a especificidade, mas porque passamos a nos dedicar a pensá-la.

Depois disso, em 2013, impulsionamos, a partir da Universidade de la Cuenca del Plata, o primeiro Congresso Latino-Americano de Psicologia Rural. Desse evento surgiu o que hoje é a Rede Latino-Americana de Psicologia Rural. Essa foi, a meu ver, uma segunda contribuição:

congregar pesquisadores, profissionais e pessoas que atuavam no campo da ruralidade, interessadas nesse tema, mas ainda desconectadas entre si.

É importante fazer uma ressalva: contribuir não significa ser “o” protagonista. Às vezes, alguém tem a sorte de acender um fósforo que, em certas condições, produz fogo; mas o fogo não nasce do fósforo, e sim das condições que permitiram que aquela faísca gerasse a chama. Penso que tive o papel circunstancial de impulsionar esse congresso – poderia ter sido outro evento ou outra pessoa –, mas, de todo modo, isso foi um aporte.

Muitas pessoas na psicologia me conhecem por esse vínculo com a psicologia e a ruralidade. Trabalhei com colegas em temas como saúde sexual e reprodutiva, saúde materna, uso de agroquímicos e outras questões relacionadas à ruralidade (Hoffman-Martins, & Landini, 2024; González-Cowes, & Landini, 2024, 2025; Landini et al., 2019), com equipes pelas quais tenho grande apreço.

Minha linha de trabalho foi me levando às fronteiras da psicologia. Hoje atuo em algo que podemos chamar de estudos sobre extensão rural, assessoramento técnico agrícola e funcionamento dos processos de inovação agropecuária. Nesse campo, chego ao limite da psicologia e entro em diálogo profundo com outras disciplinas – agronomia, veterinária, sociologia, serviço social (Landini, & Conti, 2023; Landini *et al.*, 2022, 2025). É por essa temática que passei a ser mais conhecido também fora da psicologia.

Atualmente sou editor de uma revista internacional chamada *Journal of Agricultural Education and Extension*, ligada à Universidade de Wageningen, nos Países Baixos. Nesse espaço, quase não há psicólogos; trata-se de um campo temático interdisciplinar, no qual participo a partir de uma perspectiva das ciências sociais. Interesse-me especialmente por uma espécie de rede europeia de extensão rural e de estudos sobre processos de inovação.

É aí que concentro grande parte das minhas contribuições: na articulação entre psicologia, processos de inovação agropecuária e extensão rural, buscando oferecer uma visão diferenciada com contribuições da psicologia e, de modo mais amplo, das ciências sociais.

José Elenito Teixeira Moraes: Ao longo da sua carreira, o senhor transitou entre psicologia comunitária, extensão rural e pesquisa em múltiplos países – Argentina, Paraguai, Brasil, Guatemala. O que o levou a cruzar essas fronteiras disciplinares e geográficas? Houve algum momento ou pessoa decisiva nesse percurso?

Fernando Landini: Sim, é verdade que cruzei fronteiras geográficas. Isso começou quando tive o privilégio de conseguir duas bolsas de mestrado na Espanha. A partir dessas

experiências, comecei a me conectar com colegas de diversos países da América Latina e da Europa – Espanha, França, Grécia, entre outros. Depois da tese de doutorado, fui convidado a fazer um estudo diagnóstico no Paraguai sobre o funcionamento do sistema de extensão rural em um departamento do país.

Num primeiro momento, foram os vínculos e demandas que surgiram desses contatos que me levaram a cruzar fronteiras. Mas também existia, em mim, um espírito de aventura: eu queria conhecer outros contextos, ampliar horizontes. A Argentina era minha identidade, não meu limite. Eu estava entusiasmado em saber o que acontecia na Guatemala, em Cuba, no Equador, no Brasil. A pesquisa me oferecia a oportunidade de fazer isso: eu gostava de investigar e, ao mesmo tempo, via na investigação uma chance de ir além do lugar onde eu estava.

Podemos dizer que havia um desejo de assombro, de surpresa, de me encontrar com coisas novas. Com o tempo, isso se consolidou em redes de colegas, amigos, parcerias de pesquisa.

Já o atravessamento de fronteiras disciplinares tem outra história. Maritza Montero, por exemplo, ao pensar a psicologia comunitária, a definiu como uma subdisciplina interdisciplinar (Montero, 2004, p. 32). Eu achava essa ideia potente, mas me perguntava como algo “dentro” de uma disciplina poderia ser, ao mesmo tempo, interdisciplinar. Em termos lógicos, via aí uma tensão, mas, em termos de aspiração, a afirmação expressava algo importante: que os problemas reais exigem ir além de uma visão disciplinar estreita.

A mim interessa o problema, não a disciplina. Tenho uma formação de base em psicologia – ampliada por outros estudos –, mas o que me mobiliza é enfrentar desafios concretos da realidade. Essa centralidade do problema obriga a pensar em sua complexidade, o que, inevitavelmente, leva à interdisciplinaridade.

Sempre me senti, dentro da psicologia, mais próximo de uma sócio-psicologia do que de uma psicologia intrapsíquica. Estudei cerca de metade da licenciatura em Filosofia na Universidad de Buenos Aires, o que também me deu uma visão filosófica. Podemos dizer que o desejo de responder a problemas reais, a ideia de mudança social, de construir ferramentas para a prática e a convivência com pessoas de outras disciplinas – especialmente nos mestrados na Espanha, onde convivi com engenheiros agrônomos, geógrafos etc. – tudo isso me levou à interdisciplina.

Nesse sentido, a pergunta sobre se algo “é” psicologia ou não deixa de ser central. O importante, para mim, é contribuir para compreender melhor processos e ajudar a transformá-los.

José Elenito Teixeira Moraes: O senhor tem proposto a construção de uma psicologia rural latino-americana. Em poucas palavras, como definiria esse campo e quais seriam seus fundamentos essenciais?

Fernando Landini: O primeiro Congresso Latino-Americano de Psicologia Rural foi um marco importante, expressão do desejo de construir esse espaço. Essa vontade de construção tinha um sentido muito claro: congregar pessoas que trabalhavam com temáticas relacionadas à psicologia e ruralidade, mas que não estavam conectadas entre si. A ideia era criar um espaço de diálogo, no qual pudéssemos nos enriquecer a partir de experiências diversas.

Isso se vincula a essa disposição de ultrapassar fronteiras nacionais. Há uma convicção muito profunda de que o enriquecimento se dá pela diferença. Estou convencido de que sei muitas coisas úteis para os outros e, ao mesmo tempo, igualmente convencido de que outras pessoas, com suas experiências, me ajudam a enxergar aspectos que eu não estava vendo. Assim, o congresso foi uma aposta tanto em um enriquecimento pessoal quanto em um enriquecimento coletivo, ancorado na troca de experiências e na construção de um campo de problemas que articula psicologia e ruralidade.

A ideia de construir esse campo estava, portanto, associada a três dimensões principais. Em primeiro lugar, facilitar o enriquecimento mútuo entre aqueles que atuam nesse campo, a partir da circulação de experiências e reflexões. Em segundo, assumir que esse enriquecimento tem potencial para melhorar nossa capacidade de contribuição à realidade rural. Em terceiro, convidar a pensar as especificidades desse campo – o que é uma dimensão epistemológica: trata-se de pensar o que diferencia os processos psicossociais em contextos rurais e que tipo de contribuições a psicologia pode oferecer ali.

Também há uma dimensão política importante. As populações rurais são, em geral, invisibilizadas pela psicologia. A proposta de uma psicologia rural latino-americana é, em parte, um gesto político de visibilização de setores que, ao não serem considerados, acabam desatendidos.

Em termos de fundamentos, eu faço questão de sublinhar que essa é uma visão minha, que dialoga com a dinâmica coletiva que o campo vem assumindo. A psicologia comunitária, por exemplo, costuma ter um posicionamento epistemológico e ético-político definido *a priori*

(Montero, 2004). Não é qualquer intervenção em contexto comunitário que se considera psicologia comunitária, mas apenas aquelas que se adequam a certos pressupostos epistemológicos e ético-políticos. Isso cria uma dinâmica em que quem não adere a tais pressupostos pode ver suas contribuições deslegitimadas, chegando, em alguns casos, a ser “cancelado” como fonte legítima de palavra.

A proposta de psicologia rural latino-americana, tal como a concebo, é diferente: ela se funda na ideia de um espaço plural (Landini, 2015). O que significa isso? Significa um espaço em que diferentes perspectivas epistemológicas, éticas e políticas têm legitimidade de palavra. Isso não quer dizer que as visões não possam ser criticadas, avaliadas ou confrontadas, mas que todas têm direito de existir e ser escutadas. Em nossos congressos, por exemplo, convivem trabalhos de perspectivas psicoterapêuticas mais tradicionais com abordagens construtivistas ou de epistemologia histórico-crítica. O interessante é o que se pode dizer sobre o campo, e não apenas qual “rótulo” epistemológico ou ético-político que se adota.

Eu defino, então, a psicologia rural latino-americana como um campo de problemas em que o olhar psicológico ou psicossocial é relevante para apreender determinados fenômenos rurais (Landini, 2015). Trata-se de um espaço aberto e dinâmico, voltado à reflexão, ao pensamento e ao compartilhamento, mais do que a um conjunto fixo de doutrinas. Nesse sentido, me soa estranho quando alguém afirma: “Eu me posiciono desde a psicologia rural”. Dito assim, parece supor que a psicologia rural já teria um corpo consolidado de pressupostos aos quais se deve aderir, como ocorre em certas definições de psicologia comunitária.

Eu, ao contrário, penso a psicologia rural mais como um campo em construção, com poucas certezas e muitas perguntas. Por isso, frases como “sou psicólogo rural” ou “parto da psicologia rural” me soam excessivamente rígidas frente ao modo como, hoje, eu entendo esse campo.

José Elenito Teixeira Morais: Quais aspectos da vida camponesa – como a relação com a terra, as lógicas de ajuda mútua, o clientelismo político ou uma racionalidade econômica própria – exigem que a psicologia abandone seus pressupostos urbanos e individualistas?

Fernando Landini: A primeira ideia que me ocorre é que não podemos pensar a diferença urbano-rural como uma dicotomia absoluta (Conti *et al.*, 2020). A sociologia já superou há tempos essa diferenciação rígida. Encontramos, por exemplo, dinâmicas comunitárias não individualistas em muitos estudos sobre bairros populares urbanos, fábricas recuperadas e outros contextos semelhantes.

Por isso, não estou certo de que devamos simplesmente “abandonar” um conjunto de pressupostos teóricos da psicologia quando pensamos o rural. O que me parece necessário, antes de tudo, é exercer um dever de reflexividade. Temos de nos perguntar se os princípios com os quais temos trabalhado, muitas vezes pensados a partir do urbano, se sustentam da mesma forma no contexto rural.

Se tenho, por exemplo, um teste de inteligência validado com população urbana, devo me perguntar se posso considerá-lo igualmente válido para populações rurais, se os parâmetros são os mesmos. Não se trata, tanto, de “novos pressupostos”, mas de abertura para reconhecer que podem existir novidades no contexto rural que não se encaixam em nossos pressupostos prévios. Isso exige vigilância epistemológica, dúvida, e uma abertura à possibilidade de que estratégias e instrumentos que usamos no urbano não sejam adequados no rural.

Ao mesmo tempo, emergirão dinâmicas específicas no contexto rural que não encontramos no urbano. Isso não significa que tenhamos de reinventar toda a teoria, mas que certos campos – como a relação com a terra, a produção de alimentos, o vínculo com o ambiente natural, a distância física entre moradias, a estrutura de serviços – nos obrigam a pensar novos problemas ou problemas antigos de outro modo.

Penso, por exemplo, no desenvolvimento rural e nos processos de inovação agropecuária. Surgem aí temáticas não pensadas no urbano: a experiência de produzir alimento, o impacto da chuva (ou da falta dela) na subsistência familiar etc. Para mim, chuva ou não chuva significa, muitas vezes, apenas pegar um guarda-chuva. Para um agricultor, pode significar ter ou não ter comida e renda para sua família nos próximos meses.

Sintetizando, há duas dimensões importantes. Primeiro, o surgimento de temas novos – ligados à produção, ao ambiente, à distância, à territorialidade – que não estavam no horizonte quando pensávamos apenas o urbano. Segundo, a necessidade de evitar simplesmente transferir resultados e pressupostos construídos no contexto urbano para o contexto rural. A territorialidade – com distância, obstáculos, modos de sociabilidade e relação com o ambiente natural – é um elemento substantivo que nos obriga a pensar diferente.

José Elenito Teixeira Moraes: De que maneira o território, com suas desigualdades, conflitos e redes de solidariedade, participa da constituição dos sujeitos em comunidades rurais e, no caso brasileiro, em comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas?

Fernando Landini: O conceito de territorialidade tem uma carga teórica muito forte. Não quero responder de maneira superficial, ignorando debates específicos sobre o que é

território, o que diferencia o espaço físico dos atores que o ocupam. Mas podemos dizer que o marcador territorial aparece como distância e barreira, e também como possibilidade de encontro.

Se eu me cruzo com alguém na cidade em que vivo, isso pode acontecer inúmeras vezes ao longo de um dia, dado o adensamento urbano. Já em certas áreas rurais, talvez eu precise caminhar um quilômetro para encontrar outra casa. Essa menor densidade populacional tende a gerar um tipo de sociabilidade diferente – muitas vezes mais próxima, com maior conhecimento recíproco. Assim, distância, acesso e barreiras físicas se articulam com a sociabilidade.

Além disso, há uma vinculação intensa com o ambiente natural. Para o agricultor, o ambiente não é pano de fundo, é condição direta de possibilidade de vida, produção e bem-estar. Isso gera formas específicas de estresse e de sentido – tanto positivo quanto negativo – que se articulam com a subjetividade.

Quando falamos de povos tradicionais – quilombolas, ribeirinhos, populações indígenas e outros grupos específicos no Brasil –, a territorialidade ganha mais camadas. Suas dinâmicas sociais e culturais, combinadas com desigualdades de acesso a serviços, relações de poder e discriminação, constituem esses grupos como populações de particular interesse e preocupação. São grupos que, muitas vezes, necessitam de maior apoio e reflexão justamente por suas especificidades e por necessidades diferenciadas.

Quero, porém, fazer uma ressalva: a visibilização desses setores mais desprotegidos não deve significar o abandono de outros grupos rurais que também enfrentam dificuldades. Precisamos pensar alternativas e processos de saúde integral para diferentes segmentos da população rural. A centralidade das desigualdades não pode funcionar como critério de exclusão de outros problemas, mas como um ponto de partida para um olhar abrangente.

José Elenito Teixeira Moraes: O senhor afirma que a extensão rural é, antes de tudo, um processo psicossocial. Poderia explicar brevemente o que isso significa na prática, considerando vínculos, afetos, relações de poder e construção compartilhada de saberes?

Fernando Landini: Na literatura latino-americana – inclusive no Brasil –, a extensão rural é entendida como um processo de trabalho com agricultores, no qual um profissional (técnico, extensionista) atua com grupos ou indivíduos para apoiá-los na resolução de problemas produtivos, de gestão, de comercialização ou de organização (Bianqui *et al.*, 2015). É esse o sentido básico de extensão rural.

Esse processo, porém, pode ter dinâmicas muito distintas. Historicamente, uma parte importante da discussão latino-americana se organizou em torno da oposição entre dois modelos. De um lado, um modelo de transferência de conhecimento associado à teoria da modernização, bastante presente na década de 1970. Nessa perspectiva, tratava-se de “educar” agricultores considerados portadores de uma cultura “atrasada”, transferindo conhecimentos científicos e técnicos do centro para a periferia (Landini & Conti, 2023).

Paulo Freire, em *Extensão ou comunicação?*, faz uma crítica contundente a esse modelo, apontando-o como uma forma de educação bancária (Freire, 1969). Ele propõe repensar a extensão como comunicação, baseada no diálogo. Nesse diálogo, o conhecimento não é algo que se deposita de fora para dentro, mas algo construído pelo próprio sujeito ou produzido coletivamente. Essa perspectiva marcou fortemente o pensamento latino-americano sobre extensão.

Hoje, entretanto, temos tentado superar dicotomias simplistas. Em vez de pensar apenas em “modelo bom” e “modelo ruim”, perguntamo-nos, a partir de algo que chamo de epistemologia pragmática: “Para que serve cada coisa? Em que contexto?” (Landini *et al.*, 2025). Se um agricultor chega e diz: “Tenho um problema porque os pulgões estão comendo minhas abóboras”, nem sempre faz sentido responder: “Vamos construir conhecimento juntos, passo a passo”. Às vezes, é preciso dar uma resposta direta, porque a urgência do problema e a demanda do agricultor exigem isso.

Isso não significa, de forma alguma, impor conhecimentos técnicos e desconsiderar saberes dos agricultores. Significa, antes, reconhecer que diferentes situações pedem diferentes ferramentas. Em alguns casos, processos dialógicos e participativos são fundamentais; em outros, uma recomendação técnica clara é o que o agricultor deseja e necessita.

Minha convocação, nesse campo, é para irmos além das dicotomias clássicas. Precisamos perguntar: que condições são necessárias para cada modelo? Quando é necessária a co-construção de conhecimento? Quando é legítimo – e até desejável – oferecer uma resposta direta, sem propor um processo participativo mais longo? Modelos participativos demandam mais recursos, tempo e, às vezes, excluem pessoas que não podem participar. Por isso, o desafio é combinar ferramentas, em vez de opor uma à outra.

A dimensão psicossocial aparece justamente na centralidade dos vínculos, dos afetos, da confiança, das relações de poder, do reconhecimento mútuo de saberes e da construção de sentidos compartilhados em todo esse processo (Landini, 2016).

José Elenito Teixeira Moraes: A partir das suas pesquisas sobre os problemas da extensão rural na América Latina, que modelos de interação entre técnicos e agricultores se mostram mais adequados para fortalecer a autonomia e a dignidade das comunidades?

Fernando Landini: Eu valorizo, nessa pergunta, duas dimensões. A primeira retoma a dicotomia de que falávamos: modelos de transferência unilateral *versus* modelos dialógicos. O que considero mais adequado são modelos que reconhecem os saberes dos agricultores, que se abrem à alteridade, à diversidade, que vão ao encontro do conhecimento do outro. Esses modelos tendem a ter maior potencial de uso posterior do conhecimento, pois integram saberes dos produtores e saberes técnicos, reconhecendo-os como diferentes, mas igualmente válidos em seus contextos. Isso impacta positivamente na autoestima dos agricultores, no reconhecimento de suas capacidades e na valorização de seu conhecimento.

A segunda dimensão diz respeito ao fortalecimento da autonomia sobretudo em termos de processos organizativos e construção de vínculos sociais. Em muitos países latino-americanos, inclusive na Argentina, encontramos experiências em que a extensão rural apoia a formação de organizações, cooperativas, associações, redes de produtores. Esse fortalecimento organizacional pode ser trabalhado por meio de diferentes modelos metodológicos, mais tradicionais ou mais participativos. Muitas vezes, o central não é o modelo em si, mas o fato de tornar visível a importância da organização coletiva para o empoderamento das comunidades.

É provável que, nesse campo, modelos de co-construção de conhecimento sejam particularmente adequados, pois favorecem protagonismo, reflexão crítica e construção coletiva de estratégias. Mas é necessário fazer uma ressalva: em que momento a co-construção deixa de ser um convite e se converte numa imposição?

Tendemos a considerar que criar espaços de diálogo é sempre algo positivo. Mas pode acontecer de um agricultor dizer: “Fernando, não me interessa esse tipo de processo, eu quero que você me diga qual é a solução”. Nesse caso, se eu insistir em aplicar meu modelo dialógico, posso estar impondo meus valores e expectativas, em vez de responder à demanda concreta do outro.

Na literatura de extensão fala-se no *demand-driven approach*, isto é, abordagens orientadas pela demanda (Bonilla *et al.*, 2024). A demanda pode ser dialógica, mas também pode não ser. É importante pensar que a imposição de um modelo – mesmo de um modelo dialógico – pode ser uma forma de não respeitar a diversidade e as prioridades dos agricultores.

Por isso, a escolha de métodos precisa ser discutida com eles, e não apenas definida pelo extensionista ou pesquisador.

José Elenito Teixeira Moraes: Quando extensionistas se queixam da “resistência” dos agricultores, o que estaria sendo mal compreendido do ponto de vista psicossocial? Em que sentido essa resistência pode ser interpretada como defesa do território e do modo de vida camponês?

Fernando Landini: A psicologia clássica produziu muitos estudos sobre persuasão, mudança de atitudes, resistência à mudança etc. Esses estudos podem ser úteis para pensar certas situações. No entanto, quando um extensionista rural fala da “resistência” dos produtores à adoção de uma tecnologia ou prática, muitas vezes a questão é outra.

Dou um exemplo: um engenheiro agrônomo pode propor uma nova variedade de milho que aumenta, em média, 30% a produtividade de longo prazo. Do ponto de vista técnico e econômico, isso é excelente. Mas essa variedade é muito mais vulnerável à seca. Para mim, que posso contratar um seguro agrícola, a conta é simples: ganho 30% a mais, pago um seguro equivalente a 10% e mantenho um ganho líquido de 20%.

Para um pequeno agricultor familiar sem acesso a seguro, a lógica é completamente diferente. Se, num ano de seca, ele não produz o suficiente para alimentar sua família, esse único ano de perda pode ser devastador, ainda que nos demais anos ele tenha obtido ganhos de 30%. Nesse contexto, o risco climático pesa mais do que a promessa de maior rendimento médio.

Quando esse agricultor recusa a nova variedade, não se trata de “resistência irracional à mudança”. Trata-se de uma racionalidade distinta, baseada em sua posição concreta, em suas condições materiais, em sua experiência de risco. A “falta de adoção tecnológica” muitas vezes revela, então, não um problema no agricultor, mas uma falta de compreensão, por parte do técnico, da racionalidade do outro.

Por isso, para mim, é central o conceito de racionalidade (Landini, 2011). Racionalidade não é algo absoluto; é relativa às condições de vida, às prioridades, às possibilidades de cada ator. A ideia de co-inovação é interessante porque permite incorporar essas diferentes prioridades – de técnicos, agricultores, formuladores de políticas – no desenho de soluções (Aguerre & Bianco, 2023).

Quando extensionistas falam em “resistência dos agricultores”, com frequência o fazem a partir de um modelo tradicional de transferência de tecnologia, que não leva em conta essas

racionalidades distintas. Do ponto de vista psicossocial, a suposta resistência pode ser, na realidade, uma defesa sensata do modo de vida, do território e da segurança familiar diante de riscos não considerados pelo discurso técnico.

José Elenito Teixeira Moraes: Em seus estudos, o senhor aborda a racionalidade econômica camponesa, o uso de agrotóxicos, o clientelismo, a organização comunitária. Como essas condições materiais afetam processos psicossociais como confiança, cooperação, percepção de futuro e passividade ou agência?

Fernando Landini: A relação entre base material e processos psicossociais é bidirecional (Landini, 2010). Por exemplo, a existência ou não de um sistema de irrigação, a fertilidade do solo, a dinâmica das chuvas, tudo isso afeta o modo de produzir, a produtividade de longo prazo e a segurança alimentar. Esses elementos, por sua vez, influenciam a percepção de controle sobre a própria vida, as expectativas de futuro, a disposição para assumir riscos, a confiança em instituições e em outras pessoas.

Quando a produção depende fortemente de fatores climáticos instáveis, a sensação de vulnerabilidade aumenta. Isso pode gerar insegurança, desesperança ou, ao contrário, estratégias de solidariedade e organização, dependendo de como as pessoas e comunidades enfrentam essas condições. Em territórios com maior densidade populacional e mais recursos produtivos, as redes sociais tendem a ser mais intensas; em áreas de baixa densidade e poucos recursos, as distâncias físicas e simbólicas podem dificultar o acesso a apoio e serviços.

Não tenho, neste momento, uma formulação única que conecte, de forma rígida, cada condição material a um resultado psicossocial específico. Mas me parece claro que fatores como precariedade laboral, dificuldade de comercialização, dependência de intermediários, clientelismo político, acesso desigual a crédito e assistência técnica afetam profundamente confiança, cooperação, percepção de injustiça, expectativas de mobilidade social e formas de agência ou passividade.

José Elenito Teixeira Moraes: Que relações o senhor identifica entre a precarização do trabalho rural, o acesso limitado a serviços públicos – como saúde, crédito, assistência técnica – e formas de mal-estar psicossocial, como desesperança, violência intrafamiliar ou consumo problemático de álcool?

Fernando Landini: Como psicólogo, posso afirmar que existe uma relação entre precarização do trabalho, falta de acesso a serviços e formas de mal-estar social e

psicopatologia. No entanto, não tenho, neste momento, contribuições empíricas específicas para caracterizar detalhadamente esse vínculo.

O que me interessa sublinhar é a necessidade de esclarecer o que entendemos por precarização. No caso de um agricultor, precarização significa não ter contribuições previdenciárias? Não ter renda suficiente para uma vida digna? Não conseguir comercializar o produto por preços justos? Tudo isso pode compor experiências de precariedade, ainda que nem sempre se encaixe em definições estritas do termo.

No Brasil – e em outros países latino-americanos –, o acesso a políticas públicas é atravessado por questões de acessibilidade. Em algumas regiões, as pessoas precisam viajar de lancha ou voadeira durante horas para chegar a um serviço de saúde ou assistência técnica. A acessibilidade geográfica é, portanto, um elemento central. Mas há também acessibilidade cultural: muitas vezes o profissional não compreende as especificidades da população com quem trabalha, e isso cria barreiras simbólicas e comunicacionais (Landini *et al.*, 2014).

Há ainda o papel das tecnologias de comunicação. O acesso ao telefone celular e à internet (por exemplo, por meio de conexão pelo Starlink), antes inexistente em muitas áreas rurais, pode transformar radicalmente a experiência de vida, criando novas formas de acesso à informação, redes de apoio e possibilidades de organização. Tudo isso incide sobre sentimentos de isolamento, desesperança ou possibilidade de mudança.

José Elenito Teixeira Moraes: O senhor poderia citar exemplos concretos da sua atuação – ou de experiências que acompanhou – em que solidariedade, organização coletiva ou construção de projetos comunitários tenham funcionado como fatores de proteção psicossocial em territórios rurais?

Fernando Landini: Muitas das experiências que acompanhei se situam na fronteira da psicologia com outras áreas. Projetos de extensão rural que apoiam a organização de grupos de produtores, cooperativas de comercialização, associações de mulheres agricultoras, entre outros, frequentemente se mostram importantes fatores de proteção. Favorecem redes de solidariedade, fortalecem a autoestima coletiva, ampliam as possibilidades de negociação com intermediários e instituições, e criam espaços de escuta e apoio mútuo.

Contudo, minhas pesquisas se concentraram mais na análise de dinâmicas de extensão, processos de inovação e racionalidade dos atores do que na documentação sistemática de casos de proteção psicossocial. Ainda assim, considero evidente que organização coletiva,

solidariedade e construção de projetos comunitários são elementos centrais para a saúde psicossocial em territórios rurais.

José Elenito Teixeira Morais: Ao analisar políticas de desenvolvimento rural, assistência técnica e proteção social em diferentes países latino-americanos, o que o senhor identifica como avanços e o que permanece como limite no que diz respeito às dinâmicas psicossociais das populações rurais?

Fernando Landini: Um dos grandes problemas é o caráter pendular de muitas políticas. Quando mudam os governos ou os signos políticos, muda também a lógica das políticas. Em certos momentos, todos se ocupam da agricultura familiar; em outros, a expressão “agricultura familiar” quase não pode ser mencionada. Essa oscilação impede a construção de políticas de Estado de longo prazo.

Isso está ligado ao fato de que, com frequência, as políticas se baseiam mais em argumentos ideológicos do que em evidências técnicas. A agricultura familiar é, em muitos países, fundamental, mas o investimento público nem sempre é pensado com base em avaliações rigorosas de impacto. Na América Latina, ainda carecemos, em geral, de monitoramento sistemático e de avaliações robustas dos efeitos – positivos e negativos – das políticas. Há exceções, como alguns casos no Chile, mas não é a regra.

Outro limite é o uso político de políticas de desenvolvimento rural e assistência técnica. Há relatos de extensionistas do setor público que explicam que fundos para transportar agricultores para conhecer experiências produtivas e organizativas se utilizaram para levá-los a eventos para apoiar aos candidatos do partido político que estava no poder. Também há casos de contratações em agências de extensão baseadas mais em indicação política do que em capacidades técnicas (Landini & Vargas, 2020). Como muitas políticas envolvem distribuição de recursos (crédito, insumos, projetos produtivos, benefícios sociais), há forte tentação de usá-las como moeda de troca política.

Do ponto de vista psicossocial, esse cenário alimenta desconfiança e cinismo em relação ao Estado e às instituições, ao mesmo tempo em que fortalece relações clientelistas. Os avanços existem, mas esbarram nesses limites estruturais.

José Elenito Teixeira Morais: Gostaria de retomar o início da nossa entrevista, quando falávamos sobre a natureza própria da psicologia rural. Tenho três perguntas finais. A primeira é: de que forma a psicologia rural pode contribuir para o conhecimento sobre os processos psicossociais em contextos rurais?

Fernando Landini: A primeira contribuição é a visibilização. Para conhecer, é preciso tornar algo visível, colocá-lo no campo de visão. A psicologia rural, enquanto campo, convida a olhar para processos psicossociais em contextos rurais que antes eram tratados como detalhe secundário.

Uma segunda contribuição é a promoção de uma reflexão crítica. Trata-se de questionar naturalizações – de conceitos, pressupostos, métodos, propostas de intervenção – que foram construídas a partir do urbano e aplicadas automaticamente ao rural. A psicologia rural convoca a olhar com cuidado nossos supostos, prioridades e categorias quando pensamos o rural.

De modo mais concreto, a psicologia rural pode contribuir por meio de pesquisa que busque compreender processos específicos. No meu caso, tenho trabalhado sobretudo com extensão rural, mas há muitos outros processos possíveis. Investigações empíricas sobre como se dão relações de poder, confiança, cooperação, sofrimento, construção de futuro em contextos rurais podem nutrir intervenções mais sensíveis às especificidades desses territórios.

A intervenção, por sua vez, pode ser pensada não como ação irrefletida, mas como ação acompanhada de reflexão sistemática – isto é, como prática que produz conhecimento a partir da tematização da experiência. Assim, a psicologia rural contribui tanto para compreender quanto para transformar realidades rurais, sempre articulando prática e reflexão.

José Elenito Teixeira Moraes: Quais temas, populações ou métodos o senhor considera prioritários para uma agenda de pesquisa e intervenção em psicologia rural voltada para os contextos psicossociais dos próximos anos?

Fernando Landini: A pergunta convida a falar de prioridades, mas eu tenderia a evitar hierarquias rígidas. Em termos metodológicos, não considero que haja um método prioritário em abstrato. O método deve ser escolhido a partir das características do objeto de estudo.

As metodologias qualitativas, especialmente as etnográficas, têm grande potencial para tornar visíveis aspectos que outras abordagens não captam. Ao mesmo tempo, metodologias quantitativas permitem validar teorias, estabelecer relações conceituais entre variáveis e encontrar paralelos com estudos em contextos urbanos. Por exemplo, podemos investigar se a estrutura do autoconceito, da identidade ou de determinadas escalas psicológicas se mantêm em diferentes populações rurais.

O problema não é o método em si, mas o desajuste entre método e objeto. Uma agenda de psicologia rural deve ser capaz de integrar métodos qualitativos e quantitativos, escolhendo-os conforme as perguntas de pesquisa ou aos temas que seja preciso abordar.

Quanto a temas e populações, me parece importante não restringir o rural a agricultores ou povos tradicionais. Há múltiplos atores: profissionais que trabalham em contextos rurais, populações rurais não agrícolas, trabalhadores assalariados, moradores de pequenas cidades dependentes da dinâmica rural etc. É fundamental manter o foco nas populações mais desfavorecidas e em situações de desigualdade, sem perder de vista a diversidade de atores que compõem o mundo rural (Monteiro, 2015).

Uma agenda de psicologia rural deveria, então, articular estudos sobre populações camponesas, povos tradicionais, trabalhadores rurais precarizados, mas também sobre atores do agronegócio, profissionais de extensão e técnicos de políticas públicas. Somente assim teremos uma visão mais completa das dinâmicas psicossociais em jogo.

José Elenito Teixeira Moraes: Para encerrar, se o senhor tivesse que sintetizar em uma frase o que a psicologia precisa aprender com o mundo rural, qual seria essa frase? E, por fim, que mensagem o senhor deixaria para jovens pesquisadores(as) como eu e para profissionais que estão iniciando o trabalho em contextos rurais na América Latina?

Fernando Landini: Se eu tivesse que sintetizar em uma frase, diria algo como: precisamos aprender com a diversidade do rural para questionar a generalização e o saber padrão da psicologia. Ou, de forma um pouco diferente: precisamos aprender do rural a diferença e a diversidade a fim de questionar aspectos importantes do conhecimento psicológico dominante, que muitas vezes se confunde com características do urbano.

Quanto à mensagem para jovens pesquisadores e profissionais, diria que um motor muito importante é a afetividade. Ao longo da minha vida, os afetos têm sido algo central. Escutar as pessoas – ouvir, de primeira mão, suas histórias de vida, suas experiências, como elas veem e vivem o mundo – pode ter um impacto profundamente transformador. Muitas vezes, o encontro com o outro, com o diferente, é uma experiência que nos muda.

Convido, então, a uma abertura à diversidade: ver a psicologia rural como um espaço plural, onde possamos olhar a realidade desde diferentes pontos de vista e onde todos esses pontos de vista tenham legitimidade. Mais do que pensar o campo desde a perspectiva de uma única ideologia ou deslegitimar visões divergentes, trata-se de construir um espaço de diálogo respeitoso, crítico e, ao mesmo tempo, profundamente humano.

Referências

- Aguerre, V., & Bianco, M. (2023). Co-innovation and socio-technological niche development: the case of livestock farming on natural grassland in Uruguay. *Journal of Rural Studies*, 97, 81-94. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2022.12.003>
- Bianqui, V., Mathot, M., Vázquez, L., & Landini, F. (2015). Reflexiones en torno a un campo posible: psicología, extensión y desarrollo rural. In F. Landini (Ed.), *Hacia una Psicología Rural Latinoamericana* (pp. 251-267). Universidad de la Cuenca del Plata; CLACSO.
- Bonilla, J., Coombes, A., Romney, D., & Winters, P. (2024). Changing the logic in agricultural extension: evidence from a demand-driven extension programme in Kenya. *Journal of Development Effectiveness*, 16(1), 118-141. <https://doi.org/10.1080/19439342.2023.2181848>
- Conti, S., Olivera-Méndez, A., Landini, F., & Monteiro, R. (2020). Psicología rural en América Latina: Proceso de institucionalización, reflexiones epistemológicas y desafíos. In M. Calegare & A. Sousa da Costa Mezzalira (Eds.), *Processos Psicossociais I. Prática e Reflexões sobre Educação, Saúde, Ruralidades e Política* (pp. 149-169). Alexa Cultural.
- Freire, P. (1969). *Extensão ou comunicação?* Paz & Terra.
- González-Cowes, V., & Landini, F. (2024). Estrategias usadas por los agentes de salud en la atención de la salud sexual de poblaciones rurales de escasos recurso. *Revista Ciencias de la Salud*, 22(1). <https://doi.org/10.1007/s13178-025-01094-8>
- González-Cowes, V., & Landini, F. (2025). Psychosocial and cultural factors affecting access to sexual and reproductive health in rural populations. *Sexuality Research and Social Policy*, 22, 1964-1973. <https://doi.org/10.1007/s13178-025-01094-8>
- Hoffman-Martins, S., & Landini, F. (2024). Causas de intoxicaciones por agroquímicos en pequeños productores y propuestas para enfrentarlas. *Revista Hacia la Promoción de la Salud*, 29(1), 73-88. <https://doi.org/10.17151/hpsal.2024.29.1.6>
- Landini, F. (2007). Cooperación y desconfianza en campesinos formoseños. Aportes de la psicología a la formulación de estrategias y metodologías de desarrollo rural. *Investigaciones en Psicología*, 12(3), 97-118.
- Landini, F. (2010). *Subjetividad campesina y estrategias de desarrollo* (Tese de doutorado, Universidad de Buenos Aires, Facultad de Psicología).
- Landini, F. (2011). Racionalidad económica campesina. *Mundo Agrario*, 23.
- Landini, F. (Ed.). (2015). *Hacia una Psicología Rural Latinoamericana*. Universidad de la Cuenca del Plata; CLACSO. https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/16299/1/Hacia_una_psicologia_rural.pdf

Landini, F. (2016). Unfolding the knowledge and power dynamics of the ‘farmers–rural extensionists’ interface in North-Eastern Argentina. *The Journal of Agricultural Education and Extension*, 22(5), 399-413. <https://doi.org/10.1080/1389224X.2016.1227050>

Landini, F., Beramendi, M., & Vargas, G. (2019). Uso y manejo de agroquímicos en agricultores familiares y trabajadores rurales de cinco provincias argentinas. *Revista Argentina de Salud Pública*, 10(38), 22-28. <https://rasp.msal.gov.ar/index.php/rasp/article/view/518/434>

Landini, F., & Conti, S. (2023). Factors contributing to rural extension agents’ support for a transfer of technology (ToT) approach: A multiple linear regression analysis. *Journal of Agricultural Education and Extension*, 29(5), 605-625. <https://doi.org/10.1080/1389224X.2022.2120027>

Landini, F., Conti, S., & Villalba, A. (2025). Typology of research-extension-farmer linkage models: A systematic literature review. *Rural Society*, 34(1), 103-111. <https://doi.org/10.1080/10371656.2025.2455858>

Landini, F., González-Cowes, V., & D’Amore, E. (2014). Hacia un marco conceptual para repensar la accesibilidad cultural. *Cadernos de Saúde Pública*, 30(2), 231-244. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00030313>

Landini, F., González-Cowes, V., & Leite, J. (2023). Psicología rural: Revisión de la literatura, por qué la necesitamos y desafíos. In J. Leite, M. Dimenstein, C. Dantas & J. Macedo (Eds.), *Psicologia e contextos rurais: Diálogos psicossociais a partir da América Latina* (pp. 45-70). Editora CRV.

Landini, F., Turner, J., Davis, K., Percy, H., & van Niekerk, J. (2022). International comparison of extension agent objectives and construction of a typology. *Journal of Agricultural Education and Extension*, 28(4), 415-437. <https://doi.org/10.1080/1389224X.2021.1936091>

Landini, F., & Vargas, G. (2020). Evaluación de los problemas que limitan el impacto del servicio de extensión público en el oriente de Guatemala. *Revista de Economía e Sociologia Rural*, 58(1), e192529. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.192529>

Monteiro, R. (2015). Educación y ruralidades contemporáneas. Aportes psicológicos para el debate. In F. Landini (Ed.), *Hacia una Psicología Rural Latinoamericana* (pp. 103-106). Universidad de la Cuenca del Plata; CLACSO.

Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos*. Paidós.

ⁱ A entrevista foi realizada virtualmente em 21 de abril de 2026. As perguntas foram feitas em português e o entrevistado respondeu em espanhol. Após a transcrição, o conteúdo foi traduzido para o português e submetido à revisão do entrevistado, que pôde aprovar ou reformular trechos antes da submissão à publicação.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 30/04/2026
Aprovado em: 11/05/2026
Publicado em: 11/07/2026

Received on April 30th, 2026
Accepted on May 11th, 2026
Published on July, 11th, 2026

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA
Morais, J. E. T., & Landini, F. (2026). Psicologia e ruralidade: entrevista com Fernando Landini. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 11, e20621.

ABNT
MORAIS, J. E. T.; LANDINI, F. Psicologia e ruralidade: entrevista com Fernando Landini. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 11, e20621, 2026.